

Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais

Joselina da Silva*

Resumo

Este texto se propõe a fazer uma análise sobre a participação das mulheres negras com doutorado ou mais e atuantes no ensino universitário, até o ano de 2005. Apoiamo-nos nos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que aponta um total de 63.234 docentes na educação universitária, dos quais apenas 251 são negras. Segundo Bordi e Bautista (2007), há um número significativamente inferior de mulheres nos campos de representações de poder, no âmbito universitário, uma vez que o desempenho individual não constitui a principal chave responsável por permitir a ascensão na carreira. O trabalho de Kiss, Barrios e Álvarez (2007) acrescenta que o acesso àquele mundo inclui também as relações de poder mediadas pelas de gênero. Num dos esparsos estudos brasileiros sobre o tema, Carvalho (2007) nos fala do ambiente inóspito para os afro-brasileiros quando logram ingressar na qualidade de docentes. Assim, podemos pensar que o ínfimo número de doutoras negras é uma consequência da conjunção de fatores como o sexismo e o racismo. Nosso intento é, portanto, demonstrar as acentuadas disparidades quando observamos a atuação das variáveis raça e gênero, notadamente no âmbito da Educação Superior brasileira.

Palavras-chave: Negras. Ensino Superior. Relações étnicas.

* Doutora em Ciências Sociais pela UERJ. Professora adjunta da UFC (*campus* Cariri). Coordenadora do N^oBLAC – Núcleo Brasileiro, Latino-Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais, certificado pelo CNPq. Bolsista de Produtividade em Pesquisa Funcap/BPI. Principal publicação: *O Movimento Negro Brasileiro*: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil (Org.) Belo Horizonte: Nandyala, 2009. Tem atuado como assistente nesta pesquisa, neste projeto, o mestrando Reginaldo Ferreira Domingos (Faced/UFC). A normalização ficou a cargo das alunas Nicácia Lina do Carmo e Kyara Vasques Silva (Biblioteconomia/UFC – Cariri).

A dificuldade de acesso a estatísticas que documentam diferenças raciais, particularmente a situação de meninas e mulheres negras, tem contribuído para a impressão generalizada de que o racismo – bem como as formas específicas de subordinação da mulher negra – não é um problema no Brasil. As estatísticas oficiais, como no caso dos indicadores de desempenho escolar, poucas vezes são desagregadas por raça e quase nunca por raça e sexo. (REICHMAN, 1995, p. 503).

Num texto publicado em meados dos anos noventa, Reichman (1995) informava sobre a ausência, até então, de dados recentes referentes às mulheres e meninas negras no tocante à educação. A autora apontava a necessidade de estudos empíricos, como também da tabulação de dados. Dez anos mais tarde, estas afirmações ainda são oportunas, uma vez que a tarefa ainda está por ser desempenhada em sua plenitude. A motivação para a redação deste artigo surgiu a partir da constatação de que a obra *Mulher na Educação Brasileira Superior Brasileira, 1991–2005*, publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que tão referencialmente apresenta os dados a esse respeito, deixou de incluir a variável raça. Este texto se propõe a fazer uma análise sobre a participação das mulheres negras brasileiras no Ensino Superior. O intento aqui é trazer à luz algumas reflexões sobre indicadores referentes à sua situação, uma vez ingressadas nas cátedras acadêmicas, disponíveis no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Observaremos, especificamente, aquelas que galgaram o topo da carreira com a obtenção do diploma de doutorado ou mais e atuantes no ensino universitário, seja ele público, seja privado.

As versões iniciais deste trabalho foram apresentadas em diferentes conclaves acadêmicos. A partir de questionamentos recebidos dos participantes, fomos instigados a buscar saber mais sobre o perfil das mulheres negras com doutorado, presentes na referida base de dados. Perguntas tais como: quem são/onde atuam (instituições públicas ou privadas)? Em que área? Em qual região? E diversas outras indagações foram sendo delineadas, à medida que demonstrávamos os alarmantes dados que apontam a branquidão dos docentes universitários num país de tão elevado índice de população preta e parda, se optarmos pelas categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi atendendo àquelas contribuições que nos dispusemos a ampliar nosso olhar e adentrar uma parte dos currículos Lattes de cada uma das 251 mulheres negras com formação máxima de doutorado ou mais, atuando no magistério superior, até o ano de 2005 e inseridas na Base Sinaes. A metodologia utilizada foi de observar os dados, nos seus capítulos sobre docentes por gênero e raça. Após localizarmos o universo de 261 mulheres negras, acessamos todos os currículos listados através dos links direcionados.¹ Neste primeiro momento, evitamos um contato direto (por telefone, pessoalmente ou por e-mail), já que nos preocupamos em analisar os dados oficiais.

É importante observar que, embora tenhamos feito uso, neste trabalho da apresentação, de algumas tabelas geradas a partir de indicadores do IBGE, a principal base de dados que estamos analisando – ainda pouco referida, nos estudos que lidam com as variáveis, gênero, raça e Educação – é a Sinaes. Em nosso caso, esta se reveste de importância por dois aspectos principais: o primeiro, por tratar-se de uma coleta efetuada a partir da autoidentificação. Ou seja, independentemente de qual seja o grupo de pertencimento atribuído aos docentes ali inseridos, é a autoinclusão – definida no preenchimento do questionário enviado aos estabelecimentos de ensino pelo Ministério da Educação (MEC) – a responsável por seu posicionamento em determinado grupo racial. Outro dado que define uma posição diversa para a Sinaes é que, diferentemente do IBGE, são apresentadas ali as categorias parda e negra, ao invés de parda e preta. Vale lembrar que a variável cor negra tem sido empregada majoritariamente pelo movimento negro como uma junção de pretos e pardos. Do ponto de vista de dados fornecidos pelo âmbito federal, esta é uma das poucas ocasiões em que “negra/o” é empregada como sinônimo de preto/a.

Alguns tópicos sobre educação e trabalho

Bourdieu (1995), analisando o ambiente da educação como veículo de ascensão social das diferentes classes, busca problematizar o entendimento generalizado que vê no sistema escolar um promotor de igualdade social. O autor desenvolve sua análise a partir da ideia de que a escola, com sua ação homogeneizante – que se propõe a tratar a todos de forma igual –, contribui para aprofundar as desigualdades trazidas por cada educando ao

longo de sua vida. Assim, o nível sociocultural dos familiares, o local de moradia, a escola frequentada anteriormente, as noções de “gosto” e “bom gosto”, a frequência maior ou menor às atividades culturais, o manejo de diferentes línguas e o hábito de leitura serão fatores que corroborarão com níveis diferenciados de desempenho escolar. O autor afirma a existência de um mascaramento do sistema educacional ao se tornar indiferente às desigualdades já encontradas na sociedade, as quais influenciam a trajetória educacional de cada estudante.

Segundo Rosemberg (2009), há uma demarcada diferença da escola frequentada pelos brancos e aquela usufruída pelos negros. A autora refere-se aos diferenciais estabelecidos pela carga horária, instalações, material didático, além da qualificação dos professores, entre outros. Desta forma, o fenômeno do branqueamento, aliado às práticas racializadas, tem sido o pilar responsável pela estrutura que exclui os negros, mulheres em sua maioria, do sistema educacional brasileiro e, por conseguinte, do mercado de trabalho.

Em relação ao quadro educacional, Jaccoub (2002) demonstra que, na década de noventa – com o advento da redução do analfabetismo presente na população de modo geral –, a distância entre negros e brancos se manteve estável, quando comparada com períodos anteriores. Numa análise mais longitudinal dos níveis de escolaridade da população no País, entre 1907 e 1965 houve um considerável aumento. Por outro lado, quando se comparam negros e brancos, a diminuição da distância de formação educacional – para o nível Fundamental – decresceu em cerca de nove pontos percentuais. Ao passo que, no Ensino Médio, o fosso entre os dois grupos ampliou-se em oito pontos percentuais, mesmo diante da entrada três vezes maior do número de negros ao longo dos anos noventa. Neste sentido, podemos aduzir que o quadro de marginalização econômica a que tem sido exposta a população negra no Brasil se dissocia dos aspectos puramente sociais e se alia a um importante referencial de discriminação pautado na raça, presente na sociedade e refletido notadamente nas esferas do trabalho e da educação.

Hasenbalg (1979), por seu turno, ressalta que os filhos dos afro-brasileiros tendem a ter menor escolaridade que os brancos da mesma classe social. E, no primeiro grupo, a diferença é ainda maior quando a variável gênero é agregada à análise. Dito de outra forma, as filhas dos trabalhadores negros serão menos expostas à mobilidade social. Estas diferenças, entre brancos e não brancos, de acordo com os estudos do autor, se acentuam à

medida que se observam os pais com maior *status* ocupacional. Ao mesmo tempo, quando são comparadas as rendas entre homens brancos e não brancos, o estudo aponta, a partir do nível educacional, a existência de um expressivo diferencial. Portanto, para Hasenbalg (1979), são as heranças sócio-raciais que atuam na educação e, por conseguinte, vão ter influência direta na seletividade laboral, seja na escolha, seja no acesso e ingresso no mercado de trabalho.

Mais recentemente, o estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobre o ano de 2005, ao analisar os dados relativos à população feminina da População Economicamente Ativa (PEA), aponta que as mulheres negras com Ensino Superior incompleto (entre 11 e 14 anos de estudo) apresentam crescimento de 70% a mais em relação às mulheres brancas. Mas, quando se analisam aquelas que lograram finalizar o Ensino Superior – no âmbito das economicamente ativas –, houve um pequeno aumento entre 1980 e 2000, como aponta a Tabela 1.

Tabela 1: Composição da PEA feminina por raça/cor segundo a escolaridade

Anos de estudo		0	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 e mais
1980	Branças	10,59	14,75	33,40	14,02	20,08	7,15
	Negras	31,56	21,59	28,87	8,48	8,23	1,28
2000	Branças	3,26	8,54	26,09	19,21	31,48	11,42
	Negras	8,36	15,83	32,37	18,48	21,92	3,06

Fonte: Programa... (2004).

À medida que aumentam os anos de estudos, também há um acréscimo da participação das mulheres negras na proporção inversa, como vimos na Tabela 1. Ou seja, em 1980 as mulheres negras estavam em maioria entre as que possuíam escolaridade zero. Já em 2000, este grupo tem seu número reduzido entre os não letrados, mas não crescem na mesma proporcionalidade entre os detentores de quinze anos ou de mais escolaridade.²

Assim, o gênero e a raça serão marcadores determinantes para resultados desiguais na obtenção de *status*, de acordo com Lima (1995). Embora a educação seja uma variável a ser considerada como preponderante, quando nos propormos a analisar os processos de ascensão, ainda assim diversos outros fatores contribuirão com níveis diferenciados para o alcance do sucesso. Quando consideradas estas variáveis, a realização profissional será diversificada independente de investimentos educacionais assemelhados.

Assim, a promoção social das mulheres negras será mais dificultada quando comparadas às mulheres brancas com a mesma formação educacional (LIMA, 1995).

Tabela 2: Anos de estudos das pessoas de 10 anos e mais, segundo sexo e cor. Brasil/1990

	HOMENS				MULHERES			
	Branco	Pretos	Pardos	Total	Branco	Pretos	Pardos	Total
Menos de 3 anos	32,0	55,0	54,7	41,9	31,5	54,3	51,8	40,1
Oito anos e mais	32,1	14,2	15,6	24,9	32,9	14,9	17,5	26,4
Doze anos e mais	11,8	2,1	2,8	8,0	11,8	2,5	3,2	8,2

Fonte: Lima (1995, p. 491).

No início da década passada – como apontado na Tabela 2 –, as mulheres negras (pretas e pardas) com Ensino Superior (acima de doze anos de estudos) ainda estavam abaixo da metade das mulheres brancas com a mesma formação. Com este mesmo número de anos, as mulheres negras se faziam presentes em maior escala que os homens do seu grupo racial.

Tabela 3: Distribuição das pessoas ocupadas por sexo e cor, Brasil/1990

OCUPAÇÕES	HOMENS (63,8%)				MULHERES (32,2%)			
	Branco	Preto	Pardo	Total	Branca	Preta	Parda	Total
Não manual alto	12,1	3,2	4,1	8,3	12,5	2,4	4,8	9,1
Não manual baixo	21,4	11,5	13,6	18,0	28,5	14,6	18,8	24,3
Manual	41,9	52,4	45,1	43,7	47,2	70,1	59,8	53,0

Fonte: Lima (1995, p. 491).

Mais adiante, Lima (1995) apresenta, na Tabela 3, a distribuição das pessoas ocupadas por sexo e cor, também no início dos anos noventa. Os dados referentes ao setor urbano foram divididos em três estratos: *não manual alto*, que trata das funções que exigem Ensino Superior para seu exercício; logo a seguir, o *não manual baixo*, que inclui as funções para as quais o Ensino Superior não é um pré-requisito. Já o terceiro grupo, o *manual*, compreende as ocupações de baixo rendimento ou sem qualificações específicas no mercado de trabalho. Observando atentamente os números

relativos ao *não manual alto* – que mais nos interessa aqui –, percebe-se que, mesmo ao se agregarem os percentuais concernentes às mulheres pretas e pardas, as brancas ainda estarão em posição superior num percentual que quase dobra o das anteriores. O que confirma o constatado na análise sobre o quadro educacional, no qual as mulheres brancas têm estado em posição privilegiada em relação às pretas e pardas.

Quando apreciamos o mesmo grupo racial, incluindo a variável gênero, percebemos que, naquela década, os homens negros com curso universitário estavam em vantagem em relação às mulheres negras, em seu posicionamento no mercado de trabalho. Assim, vemos que, embora com mais presença nos bancos escolares universitários, as mulheres pretas e pardas são preteridas no momento de inserção no mercado laboral. Numa proporcionalidade direta, repete-se no mercado de trabalho a baixa inserção, observada no campo universitário, das mulheres pretas e pardas, mesmo com curso superior.

Tabela 4: Distribuição das pessoas ocupadas com 12 anos ou mais de escolaridade, por sexo e cor: Brasil/1990

OCUPA- ÇÕES	HOMENS (63,8%)				MULHERES (32,2%)			
	Branco	Pretos	Pardos	Total	Branco	Pretas	Pardas	Total
Não manual alto	51,4	43,8	41,5	49,9	43,4	20,5	38,9	42,3
Não manual baixo	37,4	35,8	42,2	37,7	48,8	62,7	50,8	49,4
Manual	8,1	20,4	13,9	8,9	7,4	16,8	10,0	8,1

Fonte: Lima (1995, p. 494).

A Tabela 4 demonstra que as mulheres pretas e pardas, embora no Ensino Superior, estavam concentradas, em sua esmagadora maioria, nos estratos inferiores de ocupação. Neste mister, seria de se pressupor que aquelas atividades fossem desenvolvidas por pessoas com menor formação. O que nos remete às análises inicialmente propostas por Lima (1995) de que as variáveis raça e gênero são importantes marcadores quando se observa a ascensão social dos diversos grupos sociais, a partir da educação. Dito de outra forma, os resultados sociais obtidos mediante o ingresso nos vários níveis de estudos não serão os mesmos quando consideramos a raça e o sexo dos grupos analisados.

Neste sentido, os dados das três tabelas anteriores demonstram que o investimento em educação tem resultados diferenciados para as mulheres quando a racialidade é um fator de influência. O fenômeno da superqualificação será mais presente, deste modo, para as pretas e pardas, uma vez que estas tendem a ser alocadas no mercado de trabalho em lugares profissionais abaixo da sua formação acadêmica e ou técnica. Logo, mesmo na ausência de maiores e exaustivas análises – sobre o ambiente universitário –, se pode inferir que o quadro não será diferenciado para as mulheres negras quando no Ensino Superior, seja na condição de discentes, seja na de docentes.

Ascensão acadêmica: recortes de raça e gênero

Queiroz (2006) procurou analisar as desigualdades raciais e as de gênero na UFBA. O trabalho foi realizado a partir dos alunos entrantes na universidade, num período em que a admissão através do sistema de cotas ainda não havia sido implantada. Seus achados demonstraram que as mulheres negras (agregados os dados para pardas e pretas) se encontravam nos cursos de menor prestígio social e com menores oportunidades no mercado. Outro dado referencial é que as mulheres negras – sendo as pretas em maior número – estavam mais presentes, embora com baixo percentual, nos cursos tidos como do “âmbito do feminino”.

Tendo o sistema de cotas sido implantado no ano de 2005 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o trabalho da autora foi atualizado a partir da análise dos dados do ano anterior (2004) e o primeiro de seu início (2005). Neste estudo, ao avaliar o desempenho das mulheres negras como discentes do curso superior, assim se expressa a autora:

Apesar da sua reduzida presença, se destacou o desempenho das mulheres mulatas e pretas em cursos de elevado prestígio social, o que aponta uma tendência à mudança na representação que relaciona as mulheres pretas e mulatas às ocupações menos valorizadas do mercado de trabalho. (QUEIROZ, 2006, p. 8).

O mesmo trabalho aponta que, quando considerado o caminho percorrido pelos estudantes negros até chegar à universidade, inúmeros

fatores têm concorrido para a interrupção da caminhada antes ou após o seu ingresso. Deste modo, o estudo voltado a analisar os dados concernentes à UFBA demonstra uma sub-representação das mulheres que se autodeclararam pretas nas carreiras em geral, e não apenas naquelas de maior prestígio. Mesmo nas consideradas do “universo feminino”, ainda assim o seu número é ínfimo quando comparadas às declarantes pardas. Uma vez mais se pode inferir, a partir do estudo de Queiroz (2006), como vimos procurando discutir aqui, que a raça e o gênero têm performances importantes no âmbito da Educação Superior.

Tabela 5: Docentes por sexo com nível do curso de titulação máxima igual a doutorado segundo cor/raça

Cor/Raça	Feminino	Masculino	Não informado	Total
Amarela	345	503	0	848
Branca	15.854	21.662	1	37.517
Indígena	52	92	0	144
Não informada	5.830	9.457	771	16.058
Negra	251	374	0	625
Parda	1.312	2.114	0	3.426

Fonte: Brasil (2005).

O Sinaes, que aponta os dados incluídos até o ano base de 2005³, demonstra que, no universo das mulheres professoras do Ensino Superior e com doutorado, apenas 251 são negras. Com todas as interveniências – já conhecidas pela sociedade brasileira – que podem ser apresentadas pela categoria parda, quando agregamos os dados de professoras negras e pardas temos um total de apenas 1.563, em todo o território nacional, até o ano de 2005.

Tabela 6: Docentes por titulação máxima com cor/raça igual à negra segundo o sexo

Sexo	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório Saber	Total
Feminino	251	658	572	177	1	1.659
Masculino	374	792	756	296	0	2.218

Fonte: Brasil (2005).

Entre os professores negros (mulheres e homens) com doutorado, as mulheres negras também são minoria numa ínfima diferença percentual. A defasagem é ainda mais significativa se considerarmos o universo integral dos professores doutores no País. De acordo com a publicação *Mulher na Educação Superior brasileira, 1991–2005*, (RISTOFF, 2007), tínhamos até o ano de 2005 um total de 63.234 doutores (mulheres e homens) atuantes na educação universitária. Destes, como demonstrado na tabela acima, o grupo composto por mulheres negras era de apenas 251. Mesmo considerando a ocorrência de concursos para o ingresso no magistério superior público federal, nos anos de 2006–2007 – não incluídos nos dados disponibilizados pelo Sinaes até o momento –, não podemos negar a grande diferença numérica entre doutoras negras e brancas no País.

Tabela 7: Docentes femininas por titulação máxima – doutorado ou mais com cor/raça igual à negra

Doutoras	201	80,74
Pós-doutorado	43	17,26
Livre-docência	3	1,20
Livre-docência + Pós-doutorado	2	0,80

Fonte: Brasil (2005).

A tabela acima ilustra o que vimos tentando demonstrar neste texto. Ou seja, os números ínfimos, se comparados com o total das mulheres docentes com formação máxima doutorado ou acima (25.243), até o ano de 2005. Das 249 doutoras negras encontradas, 43 são pós-doutoras, e apenas uma possui livre-docência e pós-doutorado.

Tabela 8: Docentes femininas por atribuições máximas com cor/raça igual à negra por área de atuação

Ciências Humanas	98
Ciências da Saúde	26
Linguística, Letras e Artes	26
Ciências Exatas e da Terra	23
Ciências Biológicas	23
Ciências Agrárias	14
Ciências Sociais Aplicadas	21
Relações Internacionais	1

Fonte: Brasil (2005).

No universo de 249 mulheres negras com doutorado ou mais, encontradas na base Sinaes até 2005, um total de 39, 80% atua na área de Ciências Humanas, o que representa 98 pessoas. As Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes, as Ciências Biológicas, Ciências Sociais aplicadas, bem como as Ciências Exatas e da Terra, contêm as maiores concentrações de *per si*. Chama a atenção o fato de que apenas uma das doutoras tenha sua carreira ligada à área de atuação nas relações internacionais.

Tabela 9: Docentes femininas por titulação máxima – doutorado ou mais com cor/raça igual à negra por região de atuação

Região	Quantidade
NE	90
SE	86
S	31
N	20
CO	22

Fonte: Brasil (2005).

Das doutoras negras aqui estudadas e apresentadas na tabela anterior, vimos que o Nordeste (36,14%) e o Sudeste (34,54%) quase rivalizam num percentual muito próximo. Embora não apresentemos aqui os dados finais, numa primeira análise – em todo o universo pesquisado – podemos perceber que o Sudeste ainda é o celeiro de formações destas docentes afrobrasileiras. É naquela região onde se concentram as principais instituições onde o curso de doutorado da maioria esmagadora foi realizado. As Regiões Norte e Centro-Oeste são as que concentram um percentual mínimo de doutoras afrobrasileiras, como apontado na tabela acima.

Pensares conclusivos

Este texto se propôs a seguir alguns caminhos distintos. Inicialmente, foi nosso intuito fazer uma breve discussão sobre racismo e desigualdade racial no Brasil, e sua intersecção com as desigualdades de gênero. Mais adiante, procuramos demonstrar as acentuadas disparidades quando observamos a atuação das variáveis raça e gênero, notadamente nos âmbitos da educação e do trabalho. Por último, apresentamos alguns indicadores que demonstram o alto grau de iniquidade de gênero e raça no âmbito

da Educação Superior brasileira. Um dos nossos objetivos foi apontar a importância de indicadores e estudos ainda mais acurados que se voltem a analisar a situação das mulheres, comparadas aos homens, no âmbito da ciência e tecnologia. Esta seria uma forma de pavimentar o caminho para permitir a constituição de um instrumental teórico sobre o tema, de forma a orientar políticas públicas e institucionais desejosas de reordenar as desigualdades de gênero e raça, ali encontradas.

Bordi e Bautista (2007) lembram que tem havido uma ampla discussão e reconhecimento acerca da discriminação de gênero nos meios acadêmicos. Ao mesmo tempo, à medida que aumentam os níveis de formação, diminui a participação das mulheres a integrar aquele grupo. Por conseguinte, seu número é significativamente inferior nos campos diretivos e de representações de poder no âmbito universitário. Mais adiante, as mesmas autoras – que não estão analisando a variável raça em seu estudo – informam sobre os diversos caminhos a serem seguidos até que alguém possa ser considerado como membro de uma comunidade científica. Embora seu trabalho esteja voltado para a sociedade mexicana, neste particular, guarda grande proximidade com o cenário nacional brasileiro. Ou seja, o desejo do pertencimento e o *quantum* de labor individual não constituem as chaves responsáveis por permitir a ascensão na carreira. Assim, lembra o artigo, só através da sanção dos pares acadêmicos, das bancas examinadoras e dos diversos conselhos específicos de pesquisa se pode ingressar reconhecidamente na seara acadêmica, como tal.

Desta forma, as mulheres chegam com prejuízo diante dos diferentes comitês avaliativos, uma vez que são em menor número naqueles grupos decisórios. A esse respeito, o trabalho de Kiss, Barrios e Alvarez (2007) acrescenta que o acesso ao mundo acadêmico por parte das mulheres não se deve somente às variáveis numéricas. Incluem-se aí também a formação de lideranças, a gestão do conhecimento e as relações de poder, mediadas pelas de gênero. Uma das soluções apontadas por Bordi e Bautista (2007) é que se faz necessário reivindicar um aumento da representatividade das mulheres nos diversos comitês e comissões científicas a fim de permitir uma inclusão igualitária nos ambientes científicos e tecnológicos.

Num dos esparsos estudos brasileiros sobre o tema, Carvalho (2007) nos fala a respeito do ambiente inóspito para os afrobrasileiros quando logram ingressar nas cátedras universitárias na qualidade de docentes.

Uma das hipóteses a subsidiar esta atitude pode estar na construção dos estudos sobre as relações raciais no País. Van Dijk (2008) argumenta que, a partir da negação dos acadêmicos sobre uma sociedade racista, os lugares sociorraciais tradicionalmente legados a cada grupo foram sempre vistos como “naturais”. Soma-se a isto um olhar que se deteve muito mais sobre a etnicidade presente nos grupos negros e indígenas, passando ao largo das cotidianas manifestações de racismo.

Nesta direção, ao cotejarmos as análises de Carvalho (2007) e Dijk (2008), podemos então afirmar que a ausência de acadêmicos negros – e aqui nos referimos às doutoras – de forma tão explicitamente díspar é uma consequência da conjunção de dois fatores – que sobre elas incidem – largamente imiscuídos na sociedade. Referimo-nos ao sexismo e ao racismo. Ambos atuam como ferramenta de exclusão social. Estas reflexões, aliadas às de Bordi e Bautista (2007) anteriormente apresentadas, podem ser um dos referenciais para entender os dados retirados da base Sinaes.

Consequentemente, faz-se necessária a produção de dados que nos ajudem a entender o perfil das mulheres negras no Ensino Superior, na qualidade de alunas, professoras, dirigentes, pesquisadoras e demais profissionais nesta seara. A mudança dos indicadores aqui apresentados será possível, somente se forem construídas políticas específicas no âmbito da educação e do trabalho. Portanto, ao se propugnar a necessidade de ações afirmativas, estas devem ir muito além do ingresso, permanência e sucesso, no âmbito dos cursos de graduação. O fosso que permite tão larga diferença percentual entre o número de doutores (mulheres e homens) e o número de mulheres negras atuantes nas cátedras acadêmicas será superado apenas com urgentes intervenções públicas nos programas de pós-graduação e nos concursos públicos para professores adjuntos. Referimo-nos à necessidade da inclusão das políticas de cotas raciais agregadas às de gênero também naqueles cenários.

Notas

- 1 Não encontramos dois currículos pelo Sinaes. Embora os nomes constassem, quando observadas pelo Lattes, este não as reconhecia como pesquisadoras. Assim sendo, todos os gráficos e tabelas foram referidos num universo de 249, embora na página haja 251 mulheres negras com

graduação máxima de doutorado atuantes nas instituições de Ensino Superior do País até o ano de 2005.

- 2 Como já apontado anteriormente, os dados do PNUD para negras englobam as categorias preta e parda do IBGE. Diferentemente, o Sinaes desagrega, e utiliza pardas e negras separadamente.
- 3 Em um acesso realizado em março de 2009, o Sinaes apresenta os mesmos dados observados anteriormente.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Luis Claudio. *Raça e realização educacional no Brasil*. 1992. 98f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

BORDI, Ivonne Vizcarra; BAUTISTA, Graciela Vélez. Género y éxito científico en la Universidad Autónoma del Estado de México. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 581-608, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/search/results>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: _____. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)*. Brasília, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista Padê: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 31-50, 2007. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

DIJK, Teun A. Van. (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Edusp, 1965.

HASENBALG, Carlos Alberto. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HELLWIG, David J. (Ed.). *African-American reflections on Brazil's racial paradise*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

JACCOUB, Luciana de Barros. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.

KISS, Diana; BARRIOS, Olga; ALVAREZ, Judith. Inequality and difference: women and academic development. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15 n. 1, p. 85-105, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 27 out. 2009.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres Negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/ UFRJ, v. 3, n. 2, p.489-495, 1995.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas Racial Brasileiro*. 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/textos_analiticos.php>. Acesso em: 10 mar. 2009.

QUEIROZ, Delcele M. *Ações afirmativas na universidade brasileira e acesso de mulheres negras*. Salvador: Une, 2006. Mimeografado.

REICHMAN, Rebeca. A mulher negra brasileira: um retrato. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/ UFRJ, v. 3, n. 2, p. 496-505, 1995.

RISTOFF, Dilvo. *A mulher na Educação Superior brasileira 1991-2005*. Brasília: Inep, 2007. Disponível em: <<http://www.ifgoias.edu.br/observatorio/index.php/sugestoes-de-leitura/127>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ação afirmativa no Ensino Superior brasileiro: pontos para reflexão. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Programa de Ações Afirmativas: processo de construção*. São

Carlos, 2009. p. 1-25. Disponível em: <<http://www.acoesafirmativas.ufscar.br>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

SILVA, Joselina da. A união dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos quarenta e cinquenta. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 25, v. 2, p. 215-235. maio/ jul. 2003.

_____. Movimento negro: uma história de lutas pela igualdade. In: GERALDO José (Org.). *Diversidades e ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

_____. Mulheres negras na Educação Superior: performances de gênero e raça. In: RISTOFF, Dilvo et al. (Org.). *Simpósio "Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira"*. Brasília: Inep, 2008. p. 139-152.

Black women professors with PhDs: the official data

Abstract

This text analyzes the participation of black women with doctorates or higher degrees in university education through the year 2005. The study uses indicators from the National Higher Education Evaluation System (Sinaes) and the Anísio Teixeira National Institute of Educational Research and Study (Inep), which point to a total of 63,234, university level professors of whom 251 are black women. According to Bordi; Bautista (2007), there is a significantly lower number of women in the fields of representation of power in the university realm, given that individual performance does not constitute the principal element responsible for career growth. Kiss (2007) affirms that access within the university also depends on power relations mediated by gender. In one of the few Brazilian studies about this issue, Carvalho (2007) discusses the inhospitable environment Afro-Brazilians finds when they become professors. We postulate that the small number of black women with PhDs is a consequence of a conjunction of factors such as sexism and racism. Our intention, however, is to demonstrate the sharp disparities when we notice the action of race and

Doctoras profesoras negras: o que nos dicen los índices oficiales

Resumen

El presente texto se propone realizar un análisis sobre la participación de las mujeres negras con doctorado o más y que están actuando en la enseñanza superior, hasta el año de 2005. Utilizamos como auxilio los indicadores del Sistema nacional de Evaluación de la Educación Superior (Sinaes) y el instituto nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (Inep), que apunta un total de 63. 234 docentes en educación universitarias, de las cuales apenas 251 son negras. Según Bordi Bautista (2007) hay un número significativamente inferior de mujeres en los campos de representación del poder en el ámbito universitario, ya que el desempeño individual no constituye la llave principal responsable por permitir la ascensión en la carrera. El trabajo de Kiss (2007) también indica que el acceso a ese ámbito, incluye también las relaciones de poder mediadas por el género. En varios estudios brasileiros sobre el tema, Carvalho (2007) explica sobre el ambiente inhóspito para los afro-brasileros cuando consiguen ingresar como docentes. Así, podemos pensar que el ínfimo número de doctoras negras es una consecuencia del conjunto de factores como el sexismo y el racismo. Nuestra intención, es, por lo tanto, demostrar las acentuadas disparidades cuando observamos la actuación de

gender, particularly in the realm of Brazilian higher education.

Key words: Black women. Higher education. Ethnic relations.

variables raza y genero, en especial, en el ámbito de la educación brasileira.

Palabras clave: Negras. Educación Superior. Relaciones Étnicas.

Joselina da Silva

Av. Tenente Raimundo Rocha, s/n

Bairro Cidade Universitária

Juazeiro do Norte, Ceará

CEP: 63.000-000

Tel.: (88) 3572-7200 (UFC) / (88) 8818-0334 (cel.)

E-mail: joselinajo@yahoo.com.br

Recebido em: 6/1/2010

Aprovado em: 20/4/2010